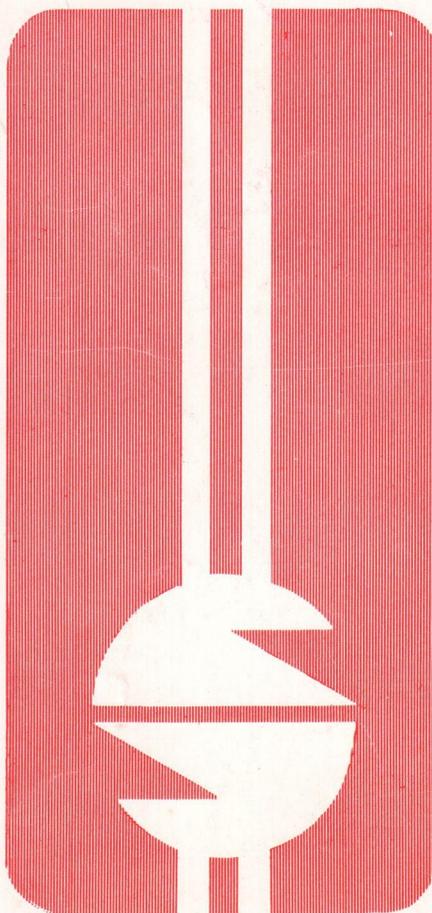


Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

- **TEORIA DO BALANÇO DE PAGAMENTOS**
João Luis Tenreiro Barroso
- **A IMPORTÂNCIA DAS TEORIAS DE SALÁRIO PARA AS TEORIAS DE INFLAÇÃO**
Lúcia Maria Góes Moutinho
- **OS CICLOS DA ECONOMIA BRASILEIRA**
Vera Beatriz da Silva Oliveira
- **SUBSÍDIOS DE PREÇOS AO TRIGO NO BRASIL**
Vera Martins da Silva
- **A EFICIÊNCIA DA AGRICULTURA GAÚCHA**
Juvir Luiz Mattuella
- **A ECONOMIA REGIONAL NO BRASIL**
Paulo Roberto Haddad



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Gerhard Jacob

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diretor: Prof. Walter Meucci Nique

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS

Diretor: Prof. Reinaldo Ignacio Adams

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe: Prof^a Otília Beatriz Kroeff Carrion

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Coordenador: Prof. Roberto Camps Moraes

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL

Coordenador: Prof. Aray Miguel Feldens

CONSELHO EDITORIAL:

Achyles Barcelos da Costa, Aray Miguel Feldens, Atos Freitas Grawunder, Carlos Augusto Crusius, Ermani Hickmann, João Rogério Sanson, Juvir Luiz Mattuella, Maria Imilda da Costa e Silva, Nali de Jesus de Souza, Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto, Otília Beatriz Kroeff Carrion, Otto Guilherme Konzen, Paulo Alexandre Spohr, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams, Roberto Camps Moraes, Valter José Stülp, Yeda Rorato Crusius, Edgar Augusto Lanzer (UFSC) e Humberto Vendelino Richeter (UnB)

COMISSÃO EDITORIAL: Atos Freitas Grawunder, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams e Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Nali de Jesus de Souza

SECRETARIA: Francisco Carlos Becco dos Santos, Maria Ivone de Mello (normalização), Vanete Ricacheski (revisão de textos), Wagner Nunes e Zélide Bregalda.

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Rosa

A Revista **ANÁLISE ECONÔMICA** publica dois números anuais nos meses de março e novembro. O preço da assinatura, para 1990, é de 7,0 BTN's (o número avulso custa 4 BTN's), a ser pago através de cheque nominal em nome da "Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS". Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para elaboração de resenhas ou resenhas.

Toda correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. NALI DE JESUS DE SOUZA

Revista Análise Econômica

Av. João Pessoa, 52 – sala 28

90.040 – PORTO ALEGRE (RS) – BRASIL

Telefone: 25-5844 ramal 34

OS CICLOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PÓS-GUERRA

Vera Beatriz da Silva Oliveira *

SINOPSE

Este artigo tem por objetivo a identificação dos ciclos da economia brasileira em suas diversas fases no período 1945/1985, tomando-se por base a análise de indicadores econômicos e de aspectos da realidade econômica que possam ter construído para a ocorrência dos movimentos cíclicos; entendidos estes como desvios de uma tendência de crescimento do sistema econômico no longo prazo. Tomou-se como tendência a taxa histórica de crescimento do PIB.

Concluiu-se que, no período analisado, o produto nacional apresentou dois movimentos ascendentes (51/61 e 64/74), ambos seguidos por movimentos descendentes (62/63 e 75/83), caracterizando as flutuações cíclicas. A análise evidenciou a importância do Estado, assim como a relação dos ciclos internos com as oscilações conjunturais internacionais, o que demonstra que os ciclos, em uma economia periférica como a brasileira, perdem, em parte, seu caráter endógeno.

1. INTRODUÇÃO

No caso do Brasil, no que diz respeito a ciclos, merece particular atenção o período pós-guerra, durante o qual a industrialização brasileira teve seu impulso maior e a economia, como um todo, desenvolveu-se, levando o país à chamada categoria de economia "em desen-

* Professora da Fundação Educacional Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe (FEMARP), Videira, SC.

ANÁLISE ECONÔMICA	ANO 7	Nº11	MARÇO/89	p.63-90
-------------------	-------	------	----------	---------

volvimento". O estrangulamento externo decorrente das duas Grandes Guerras exigiu do país um esforço de industrialização, mas foi o segundo surto substitutivo de importações (aprox. 1947/60) que impulsionou a fabricação de bens de consumo duráveis e de bens de capital, que representam a base do desenvolvimento industrial.

O período 1945/85, em termos de PIB real, caracteriza-se por apresentar valores continuamente crescentes de produto, indicando evolução da economia brasileira. Todavia, este crescimento nem sempre verificou-se a taxas constantes, e uma simples análise do Gráfico I permite-nos verificar que a evolução do PIB brasileiro fez-se, no período em estudo, a taxas bastante inconstantes, caracterizando oscilações significativas do produto.

Saliente-se, todavia, que apesar destas flutuações, a taxa de crescimento do produto brasileiro permaneceu razoavelmente elevada em todo o período, se comparada a taxas agregadas a nível mundial (Tabela 2).

2. A EXPANSÃO NO PÓS-GUERRA: 1945/1961

Especialmente entre 1947 e 1954, o Brasil teve a seu favor um ciclo internacional expansivo, paralelamente a uma situação de abundância de reservas internacionais. Através da utilização das grandes reservas acumuladas durante a Guerra, logo nos primeiros anos, o país passou a implementar a segunda etapa da industrialização via substituição de importações, durante a qual foram criadas diversas indústrias.

No nosso país, o período que vai de 1945 até aproximadamente 1962 representa uma fase de expansão¹, muito embora não tenha havido um crescimento estável do PIB, o qual, todavia, apresentou uma taxa média de crescimento da ordem de 6,8% no período, taxa esta bastante satisfatória se comparada ao desempenho do resto do mundo.

Entre 1945 e 1962, o produto da economia apresenta quedas significativas apenas nos anos de 1953 e 1956. Observa-se que, nestes dois anos, ocorreram frustrações da safra agrícola, tendo o produto

¹ As fases do ciclo compreendem um movimento ascendente, dividido em recuperação e expansão, e um movimento descendente, composto por retração e recessão.

deste setor caído significativamente. Além disso, os investimentos do Setor Produtivo Estatal² foram fortemente restringidos.

Entre 1945 e 1950, começam a operar os grandes investimentos estatais do período, como a CVRD, a CSN e a Acesita. É, contudo, a partir de 1956 que o Governo investe firmemente no setor de bens de capital.

Entre 1933 e 1955, o processo de industrialização brasileiro foi limitado pela inexistência de bases técnicas e financeiras de acumulação capazes de permitir que se implantasse o núcleo fundamental da indústria de bens de capital, imprescindível para que a capacidade produtiva pudesse avançar adiante da demanda. Nestas condições de limitação, o desenvolvimento industrial ficou subordinado à capacidade de importar do país, de modo que a economia brasileira, como um todo, permaneceu em posição de subordinação ao conjunto da economia mundial.

Nesta segunda fase do processo de industrialização, são lançadas as bases do setor de bens de capital, muito embora este setor tenha crescido a taxas inferiores às do setor de bens de consumo.

A indústria de transformação como um todo apresenta queda significativa no início da década de 50, retomando o crescimento a níveis superiores a 10% ao ano a partir de 1958. O desempenho da indústria de transformação no período que vai de 1948 a 1962 mostra-se, todavia, bastante satisfatório, com algumas flutuações que não chegam a comprometer fundamentalmente o setor. A indústria como um todo apresenta uma taxa média de crescimento da ordem de 9,5%.

Os fatores condicionantes para o desenvolvimento da indústria foram: a expansão do mercado interno, as políticas protecionistas à indústria nacional e apoio à substituição de importações; os pesados investimentos estatais; a entrada de capitais estrangeiros destinados à produção de bens para o mercado interno; as facilidades creditícias, fiscais, subsídios, etc., concedidos aos investidores privados para aplicação na indústria, assim como o crescimento da oferta agrícola sem a necessidade de grandes investimentos.

Especialmente durante o governo Kubischek (1956/60), a economia brasileira experimentou uma fase de admirável prosperidade, com aumento significativo da taxa de investimentos, tanto do setor público quanto do setor privado.

² Definição de Coutinho e Reichstul (1977) para investimentos do Governo no setor de bens de capital.

Além da indústria automobilística, cuja implantação, como era de se esperar, teve caráter tanto prospectivo quanto retrospectivo sobre os investimentos nas áreas afins, foram instaladas a de construção naval, a de material elétrico pesado e outras de máquinas e equipamentos, ampliando-se, a partir daí, de forma substancial, o setor de bens de capital.

Cabe destacar que boa parte dos investimentos do período, ou foram realizados por empresas multinacionais ou financiados através de banqueiros internacionais. Predominou uma política favorável à entrada de capitais estrangeiros, possibilitando investimentos em diversas áreas, como é o caso da indústria automobilística. Os investimentos diretos líquidos apresentam, no período 1947/55, uma taxa média de crescimento anual da ordem de 2,25%, taxa esta que passa já a 16,59% no período 1955/61 (Crusius, 1983), demonstrando, desta forma, o substancial incremento ocorrido na participação estrangeira nos investimentos. Também os empréstimos e financiamentos estrangeiros aumentaram consideravelmente (12,82% ao ano, em média).

No final dos anos 50, amplia-se o déficit do balanço de pagamentos. Dadas as dificuldades de financiamento do investimento público e privado, ocorreu a retração do investimento estrangeiro e expandiu-se a dívida externa. O Governo precisou valer-se de crescentes déficits fiscais, visando o financiamento do ambicioso Plano de Metas.

Nos anos iniciais de implantação do Programa de Metas, os investimentos foram por demais elevados, o que deve ter provocado a retração dos investimentos privados no final da década de 50, muito embora tenham-se mantido os investimentos do setor público, compensando a queda (Coutinho e Reichstul, 1977).

Os grandes investimentos com elevada relação capital-produto ocorridos neste período, via de regra, adiantaram-se à demanda. No caso da produção de automóveis, por exemplo, tratava-se, na época de implantação, de um tipo de produto inacessível para a maioria da população. Além disso, grandes projetos apresentam longo período de maturação e são descontínuos no tempo. Cessado os "pacotes" de investimento e os correspondentes efeitos retrospectivos e prospectivos imediatos, se não houver uma demanda a sustentar a produção, a tendência será a estagnação. Por outro lado, não havia, ainda no final do período, um sistema financeiro que sustentasse a intermediação dos investimentos necessários à continuidade do crescimento, e os investimentos demasiados altos do período anterior haviam levado o Estado

a uma situação de penúria financeira, sem condições de manter o ritmo de investimentos governamentais.

Os desequilíbrios no Balanço de Pagamentos e inflação acelerada ao fim de curtos períodos de expansão determinam crise interna e são manifestações do esgotamento da fase expansiva, quando agudizam-se os problemas de pagamento da dívida externa e interna.

Efetivamente, em fins da década de 50, início da década de 60, passa-se a utilizar maciçamente as reservas disponíveis. Para compensar a saída de capitais, torna-se necessário incrementar as exportações, única fonte de divisas para fazer frente aos pagamentos internacionais. A reforma cambial de 1959 trazia já incentivo às exportações e subsídio seletivo às importações.

O descontrole das políticas cambial, monetária e fiscal, aliado à perda de competitividade do café no mercado internacional e ao recrudescimento do processo inflacionário, conduz a economia, no início dos anos 60, à estagnação. O nível de preços inicia, a partir do final da década de 50, uma tendência sem precedentes ao crescimento.

3. A DESACELERAÇÃO: 1962/1967

A desaceleração do início da década de 60, acompanhada pelo recrudescimento da inflação, é agravada, em princípios de 1963, por forte seca que leva o produto da agricultura a níveis muito baixos (crescimento de 1,0% em 1963 e 1,3% em 1964).

O esgotamento dos investimentos governamentais acarretou um efeito desacelerador sobre os outros setores da indústria, especialmente sobre o setor de bens de capital e sobre a construção civil. Com exceção da classe Extrativa Mineral, todas as demais classes da indústria apresentaram, queda neste período.

Cabe destacar que, embora os investimentos estatais tenham revertido, os gastos públicos correntes continuaram aumentando, contribuindo para a agudização do processo inflacionário e, logo, da crise. (Coutinho e Reichstul, 1977).

A aceleração do processo inflacionário (em 1964 a inflação alcança a taxa de 90,5% ao ano) foi destruindo a dinamicidade dos processos de financiamento, impedindo o Governo de manter os incentivos anteriormente concedidos sem a utilização de novas fontes de financiamento.

Nos primeiros anos da década de 60, agudizando a fase recessiva do ciclo econômico, instalou-se uma crise política, fazendo com que os investidores reavaliassem suas expectativas e terminassem diminuindo os investimentos.

A produção, neste período, chegou a crescer menos que a população: em 1963 o PIB per capita apresenta um decréscimo da ordem de 1,2% em relação a 1962, e vem a recuperar-se somente a partir de 1967. Somente a partir de 1968 alcançará novamente taxas superiores a 5% ao ano.

Neste período, foram adotadas políticas de estabilização que vieram agravar a crise; políticas estas motivadas pelo aumento da inflação, a qual devia-se em parte à própria crise e aos desequilíbrios do setor externo em outra parte.

A partir de 1964, passou-se a considerar a obtenção de altas taxas de crescimento das exportações como uma das metas prioritárias de política econômica. Obteve-se, no período pós-64, um aumento significativo das exportações de manufaturados em relação às de produtos primários devido tanto ao complexo sistema de incentivos criado pelo Governo, quanto à existência de um quadro de comércio internacional favorável.

A conjuntura internacional favorável esgotar-se-ia, porém, já a partir de 1965, quando os Estados Unidos passam a apresentar crescentes déficits comerciais devido aos gastos com a guerra do Vietnam e à emergente concorrência européia e japonesa. Inicia-se um período recessivo mundial.

Com as reformas de base instituídas a partir de 1964/65, inclusive com a criação da correção monetária, passa a desenvolver-se o sistema financeiro nacional moderno. Uma vez que as empresas passam a dispor de fontes alternativas e mais promissoras de recursos para seus investimentos, o resultado óbvio é o aumento da produção.

A produção industrial, que havia apresentado uma taxa média anual de crescimento da ordem de 0,2% em 1963, em 1966 apresenta taxa da ordem de 9,8% ao ano, decrescendo novamente apenas em 1967, para então recuperar-se fortemente a partir de 1968.

Observa-se, a partir de 1963, queda dos investimentos do setor privado, situação esta agravada a partir de 1964, quando adota-se a política antiinflacionária Campos-Bulhões. A formação bruta de capital fixo da economia como um todo apresenta-se em queda no período 1962/65. A política antiinflacionária implementada, por sua vez, passa

a dar resultados já a partir de 1965, quando a taxa anual passa para 56,8% e mantém a tendência de queda nos anos seguintes.

4. O “MILAGRE ECONÔMICO”: 1968/1973

A partir de 1967, o período recessivo da conjuntura internacional cede lugar a uma fase de expansão, iniciando-se no Brasil, paralelamente, um período de crescimento sem precedentes, que ficaria conhecido como o período do “milagre econômico”.

Os fatores que permitiram a recuperação a partir de 1967 foram, segundo Tavares e Belluzzo (1982), os seguintes: a reforma fiscal e financeira de 1966, a elevação e a reestruturação das tarifas dos serviços públicos, a negociação externa e o sistema institucional de crédito ao consumidor, estimulando a demanda da indústria automobilística e de outros bens duráveis. O Sistema Financeiro da Habitação ativou a construção civil residencial; incentivou-se a exportação e a política salarial e de financiamento estimulou a concentração de renda, e conseqüentemente, o consumo da classe média alta.

A partir de 1968, aumentam os investimentos estrangeiros e ampliam-se os créditos internacionais. A entrada maciça de capitais estrangeiros ocorre paralelamente à perda de importância dos acordos bilaterais, ou seja, os negócios passam a ser feitos diretamente com os bancos internacionais, eliminando a negociação direta país/país. A melhoria relativa das relações de troca entre 1970 e 1973 permitiu a intensificação da contratação de empréstimos externos.

Entre 1966 e 1969, a produção de bens de consumo aumentou mais que a de bens de produção, devido, especialmente, ao mecanismo de Crédito Direto ao Consumidor, através da especialização das financeiras e à utilização da capacidade ociosa existente. De 1971 a 1973, a produção de bens de consumo duráveis apresenta desempenho anual superior a 25%. Verifica-se, neste período, a liderança da indústria manufatureira, especialmente a de bens duráveis e a de capital. Observe-se que a liderança destes setores confirma encontrar-se a economia num processo de expansão. O setor responsável pela produção de bens de capital é o determinante para o crescimento do produto e, nas fases de expansão, os investidores encontram estímulo para aumentar a produção destes bens. No que diz respeito aos bens de consumo duráveis, seu aumento de produção é motivado pelo incre-

mento dos lucros (uma vez que não houve distribuição de renda) e irá provocar, com sua demanda, incremento na produção de bens de capital.

O setor de bens de capital acelera-se entre 1971 e 1973, caracterizando o auge do ciclo. Em 1972, este setor cresce a uma taxa de 25,7% e, em 1973, a 27,7%, taxa superior a todos os demais setores, para então iniciar queda no crescimento. O setor de bens de consumo não-duráveis é o que, efetivamente, começa a sentir os reflexos da desaceleração a partir de 1974, quando sua taxa de crescimento é apenas 3,9%, bem menor, portanto, que as taxas de outros setores, especialmente o setor de bens de capital (22,3%).

Verifica-se ainda, no período 1967/73, uma abertura estrutural para o exterior, com o crescimento das exportações, motivada pela promoção de minidesvalorizações, e a reinstalação de um abundante fluxo de financiamento externo. Os empréstimos e financiamentos cresceram, neste período, a uma taxa média anual de 42,80% e os Investimentos diretos líquidos, 52,07%.

Especialmente no período 1968/73, a taxa agregada de inversão da economia sofreu significativa elevação (Tabela 6). O Governo retoma fortemente seus investimentos no final da década de 60, particularmente no setor de produção de bens de capital, levando lentamente a uma reativação dos investimentos do setor privado, os quais adquirem importância apenas a partir de 1970, quando os níveis de capacidade instalada começam a atingir os limites desejados.

A inflação apresenta-se menos variável, tendo inclusive decrescido levemente, com exceção dos anos de 1972, 1973 e 1974, quando houve sensível aumento, inclusive como indicador do final da etapa de expansão.

Com a criação do mercado de euromonedas após o abandono do lastro-ouro em 1971, não havia mais segurança quanto aos pagamentos mundiais, isto é, os países fabricantes de moedas-forte podiam alterar-lhe o valor, transmitindo seus movimentos econômicos internos aos demais países. Juntando-se a isto, a crise do petróleo, em 1973, veio instalar uma forte crise internacional, que teve como característica principal a coexistência dos fenômenos recessão e inflação.

5. A CRISE: 1974/1983

A partir de 1973, apesar do aumento da taxa de investimentos e

das importações, há uma queda na taxa de crescimento industrial, com conseqüente menor crescimento do PIB.

De meados de 1974 em diante a economia brasileira entra numa fase crítica. O recrudescimento da inflação é acompanhado de um acentuado declínio do ritmo de crescimento da economia. A análise das taxas médias de crescimento de alguns dados macroeconômicos básicos correspondentes ao período 1973/80, tais como PIB, produção industrial, investimentos, preços e comércio externo, evidencia a inflação ocorrida no ciclo de crescimento. No entanto, a desaceleração, no início do período, esteve longe de configurar uma situação depressiva, uma vez que o PIB cresceu a uma taxa média anual de 7%, que corresponde à tendência histórica do pós-guerra.

Mesmo após o primeiro choque do petróleo em 1973, taxas relativamente elevadas de crescimento para a economia, como um todo, e para a indústria, em particular, continuaram a ser alcançadas até 1981. Isto deveu-se em parte à manutenção do processo de substituição de importações (alcançou-se o objetivo de substituição de importações de produtos intermediários e impulsionou-se a produção de bens de capital), bem como à expansão das exportações industriais e aos elevados investimentos em infra-estrutura.

O agravamento da crise não se deveu apenas ao choque do preço do petróleo, mas também às desproporções no crescimento durante o ciclo expansivo e à falta de um controle efetivo das importações no período 1971/72.

Esta desaceleração do crescimento industrial decorreu fundamentalmente dos problemas gerados em relação à demanda de bens de consumo não-duráveis e duráveis, decorrentes da contenção dos salários e da aceleração da taxa de inflação.

Os efeitos acelerados da fase do auge do ciclo expansivo, combinados com os objetivos do II PND, impulsionaram fortemente os investimentos no setor de bens de produção, impedindo a ocorrência de uma crise de grandes proporções. Fica, então, evidente a importância dos investimentos públicos. Mas o investimento público, graças à descontinuidade e porte de seus projetos, não consegue sustentar por muito tempo as taxas de investimento e produção, principalmente quando recrudescem os problemas de Balanço de Pagamentos e endividamento externo.

O financiamento do investimento no setor de bens de capital e insumos básicos, preconizado no II PND, fez-se basicamente a partir

da utilização de recursos externos, dado o enorme volume de recursos que ingressaram na economia. Este financiamento deu origem a um endividamento externo suicida, devido à falta de alternativas internas capazes de sustentar os ambiciosos investimentos.

O esforço da substituição de importações de bens de capital não foi acompanhado por um esforço correspondente em relação ao petróleo, levando a um acúmulo da dívida externa e a um adiamento dos problemas para o futuro. Além disso, no início do período os juros internacionais ainda não haviam se elevado como a inflação mundial, levando à maciça entrada de capitais “baratos”.

A agricultura, por sua vez, cresceu com flutuações devidas a aspectos climáticos, mas o atraso para o mercado interno persistiu também neste período.

Em 1975, evidenciava-se que a política econômica expansionista, permeada de ambiciosos objetivos, não fazia sentido em meio a uma evidente recessão mundial. No início de 1976, o Governo passa a admitir que algumas metas do II PND não poderiam ser cumpridas, desativando parcialmente o plano. Mas, ainda nesta época, o setor privado continua investindo e o setor público encaminhando grandes projetos. A taxa de investimento global declinou fortemente depois de 74/75 e tanto a relação capital-produto quanto aos prazos de maturação aumentaram.

A taxa de Formação Bruta de Capital Fixo caiu a partir de 1975 com defasagem de um ano em relação à taxa do PIB. Houve uma fase de transição em 1974/75, quando a queda observada foi lenta. O investimento governamental contribuiu para instabilizar e agravar as tendências recessivas, enquanto que os investimentos do setor produtivo estatal exerceram papel anticíclico (Coutinho e Reichstul, 1983).

Em 1975, todos os setores apresentam taxas de crescimento menores e, pela primeira vez, um setor – o setor de bens de consumo duráveis – apresenta taxa real negativa de crescimento.

Após 75, nota-se a adoção de uma política de “stop and go” implementada pelas autoridades econômicas. Alternam-se fases de aceleração e desaceleração, motivadas pela tentativa de ajustar a economia aos problemas conjunturais, que impunham ora mais vagar, na tentativa de reduzir a inflação e minimizar os problemas de Balanço de Pagamentos, ora mais rapidez, na tentativa de retardar a reversão do ciclo.

De 1978 a 1980, mantém-se, para a indústria, uma taxa de cres-

cimento em torno de seu padrão histórico, mas manifesta-se a tendência à desaceleração em alguns setores, como bens de consumo não-duráveis. Os setores que se mantêm crescendo razoavelmente são os de bens intermediários e os de bens de consumo duráveis.

A política contencionista, baseada principalmente em juros elevados e aperto creditício, implementada por Simonsen em fins de 1976, logrou levar a economia a um desaquecimento da demanda agregada, partindo do pressuposto de que se tratava de uma inflação de demanda. A contenção do crédito agudiza a aceleração dos preços, uma vez que as empresas vão buscar no mercado financeiro os meios de que necessitam.

O salto inflacionário de 20% em 1971 para 40% em 1976 deveu-se, em parte, ao recrudescimento da inflação mundial, mas também ao crescimento das taxas de juro depois de 1975, devido à chamada “ciranda financeira”. Por outro lado, a insuficiente evolução da disponibilidade de alimentos em relação à população contribuiu significativamente para o agravamento da situação.

No final de 1978, embora ainda apresentando taxa histórica de crescimento do PIB, a economia apresentava uma vulnerabilidade relativamente grande em relação ao setor externo.

Em fins de 1979, instala-se uma política expansionista, mas a inflação continua crescendo a taxas vertiginosas (em 1980 iria atingir a casa dos três dígitos). A política econômica, implementada entre o 2º semestre de 1979 e o primeiro de 1980, teve como resultado aumento da inflação e perda de reservas, levando à adoção de uma política fortemente ortodoxa no 2º semestre de 1980, a qual teria como consequência, em 1981, o crescimento negativo do produto e do emprego industrial.

A forte aceleração do preço do petróleo – o segundo choque – não somente contribuiu para novo aumento generalizado de preços, como também ocasionou deterioração do Balanço de Pagamentos. A partir de 1979 a restrição externa passou a ser o principal objeto de ajuste econômico.

A relação de trocas, que se mantém crescente de 1974 a 1977, graças à elevação dos preços no mercado internacional de alguns produtos com peso considerável nas exportações, como o café e a soja, cai a partir de então, fruto da recessão que se abateu sobre os países industrializados; derivada do processo de ajuste destas economias aos dois choques do petróleo, à deterioração dos padrões de comércio in-

ternacional e ao choque das taxas de juro. Fica clara a deterioração dos termos de troca do Brasil com o resto do mundo a partir de 1977 (Gráfico II).

A partir de 1974, os elevados déficits em conta corrente passam a pressionar a dívida externa, levando-a a patamares de tal magnitude que o serviço da dívida (juros mais amortizações) em 1982 representava 96% das exportações, não obstante as taxas de juro terem declinado a partir de 1982. Neste período, houve novo fechamento da economia para o exterior, tendo declinado o coeficiente de importações em relação ao PIB.

O setor externo terminou sendo fator de restrição ao crescimento, embora não tenha havido restrições sérias às importações até 1980 nem qualquer escassez dramática de divisas. Sem menosprezar os aspectos negativos dos choques externos, deve-se mencionar, todavia, que as políticas monetária, cambial, salarial, de condução da dívida externa e de controle da inflação, implementadas em 1979 e 1980, contribuíram para o agravamento da crise. Agudizou a crise o péssimo desempenho agrícola de 1979.

Em 1981 e início de 1982, praticamente todos os grupos de bens, quer por gêneros de bens, quer por categorias de uso, apresentam queda substancial e o desemprego atinge todo o país. A queda na demanda efetiva ocorrida em 1981 leva a uma desaceleração intensa da atividade industrial, com vista a eliminar estoques acumulados no ano anterior. Assim, criou-se um certo espaço para a reposição desses estoques de forma a aumentar o ritmo da produção industrial, principalmente no setor de bens de consumo. Entretanto, já no último trimestre de 1982, apresentavam-se sinais de nova reversão no ritmo de crescimento da indústria.

O PIB per capita cai a -5,6% em 1981: uma taxa negativa sem precedentes.

Dentro do quadro recessivo, que dominou a economia no período de 1981/83, destaca-se a queda da participação relativa da formação bruta de capital fixo no PIB (Tabela 6).

Agrava-se, neste início dos anos 80, o problema da dívida externa, pois os credores passam, então, a ditar normas globais de política econômica para todos os endividados, fazendo com que o Governo tome medidas totalmente desvinculadas dos interesses nacionais de crescimento. Em 1982/83, a situação externa fica dramática, levando o

país a uma forte crise cambial em 1982, que forçou a uma política de ajuste das contas externas com base nos programas clássicos do FMI.

A política de comércio exterior adotada pelo Governo, que consistiu em incentivar exportações e comprimir importações, pode ser comprovada pelo crescimento do coeficiente exportações/PIB que, no período 80/83 passou de 8,8% a 11,8%, enquanto o das importações caiu de 11% para 9,3%.

A recessão mundial, aliada ao aumento do protecionismo e à forte valorização cambial do cruzeiro, ocorrida entre janeiro de 1980 e fevereiro de 1983, traria, a partir de 1981, todos os inconvenientes de uma crise cambial. No final de 1982, com o cessar do fluxo voluntário de empréstimos externos, agrava-se, ainda mais, a crise cambial, levando ao péssimo desempenho da economia em 1983.

A completa escassez de divisas levou à implementação de um programa de estabilização econômica. Por outro lado, a tentativa de controle da demanda agregada, sem adequadas medidas complementares no lado da oferta e sobre os mecanismos de indexação, jogam o país num processo de estagflação.

Apesar da adoção de três políticas salariais diferentes apenas no decorrer de 1983, insentifica-se a inflação e, com ela, a queda do salário real e o desemprego. Neste ano, praticamente todos os setores da economia apresentam taxas negativas de crescimento, tendo ocorrido ainda choques negativos de oferta representados pelas perdas na safra de grãos.

O ano não foi favorável economicamente para o país, quer no âmbito do setor interno, quer no âmbito das contas externas, culminando com a suspensão parcial do pagamento das amortizações da dívida externa vencidas ao longo do período.

6. RECUPERAÇÃO? 1984/85

Em 1984, a economia volta a apresentar um crescimento da ordem de 5,7% em termos reais do PIB. Em termos per capita, o índice do produto real acusa uma variação anual positiva de cerca de 3%.

Já no início deste ano, a conjuntura internacional apresentava sinais de recuperação com conseqüente aumento da demanda externa, especialmente devido ao crescimento da economia americana (8,5% em 1984).

Devido á redução do preço do petróleo, à ampliação da produção interna e à implementação dos programas energéticos alternativos, houve redução dos dispêndios com importações e recuperaram-se as exportações de manufaturados.

Apesar do excelente desempenho das contas externas (saldo de US\$ 700 milhões após dois anos de pesados deficits), o serviço da dívida externa continuou a representar um peso excessivamente alto sobre o setor produtivo interno.

1984 foi um ano de transição política e econômica, durante o qual houve recuperação da produção, com conseqüente reativação do emprego e dos salários, além de uma sensível elevação da produtividade do salário. A tendência inflacionária diminuiu o caráter ascendente, passando a inflação a ter um caráter predominantemente inercial, em virtude do processo de indexação plena da economia.

Estimulado pela forte pressão da demanda externa e pela evolução passiva da política de crédito, o setor industrial recuperou-se, apresentando crescimento de 7,0% em relação a 1983 (Tabela 3). O setor de bens de capital lidera a recuperação, com um crescimento da ordem de 14%.

O conjunto de estratégias utilizadas ao longo de 1985 permitiu uma elevada taxa de crescimento do PIB, 8,2%, superávit considerável na Balança Comercial, US\$ 12.405 milhões, e ampliação no nível de emprego, além de um crescimento equilibrado envolvendo praticamente todos os setores. Estas estratégias, contudo, levariam, no final do período, ao recrudescimento do processo inflacionário (taxa anual de 225,5%).

Em 1985, três fatores podem explicar a alta taxa de crescimento do PIB: as freqüentes e significativas reposições salariais nos setores público e privado, devidas à ativação das reivindicações sindicais; o caráter expansionista das políticas monetária e fiscal, com taxas de aumento dos agregados monetários (M1) próximas aos 300% ao ano (portanto, acima da inflação); bem como o comportamento favorável dos preços das matérias-primas importadas, especialmente o petróleo, durante a maior parte do ano. A política salarial expansionista e a elevada liquidez financeira levaram a uma expansão substancial do consumo.

Enquanto, em 1984, o crescimento industrial havia se concentrado nas exportações, em 1985, é estimulado pelo mercado interno. A agricultura, por sua vez, apresenta uma taxa de crescimento da ordem de 8,8%.

Muito embora o desempenho da economia em 1985 possa ser considerado satisfatório, não se pode deixar de considerar o enorme déficit verificado nas contas do setor público, o qual teve como consequência, no final do período, aumentos da carga tributária, rigidez das taxas de juro, expansão monetária e a própria aceleração do processo inflacionário.

7. CONCLUSÕES

Considerando-se a taxa média histórica de crescimento no período 1945/1985 da ordem de 6,6%, chega-se à configuração das fases dos ciclos econômicos no Brasil conforme demonstra o Gráfico I.

No período que vai de 1945 a 1961, encontramos certa dificuldade em estabelecer precisamente uma divisão das fases, uma vez que o Produto Nacional apresenta oscilações em torno da média praticamente anuais. A maior parte da literatura consultada classifica este período como sendo de expansão, quer pelo fato da taxa média de crescimento do período ser bastante significativa (7,3%), quer pela especificidade do desenvolvimento alcançado na época, especialmente na década de 50, período de forte industrialização. As constantes oscilações do produto neste período prendem-se, sem dúvida, em grande parte, ao aspecto da participação estatal nos investimentos, promovendo a industrialização por meio de grandes "pacotes" de inversões, bem como à entrada no país de plantas multinacionais específicas, não relacionadas a um plano global de desenvolvimento.

Podemos dividir o período em duas fases, sendo que o primeiro de 1945 a 1951, durante o qual o movimento de queda do produto parece indicar uma retração. Após esta fase, todavia, viria a expansão.

O biênio 1962/63 caracteriza um período de recessão, ainda que breve, com taxas de crescimento muito inferiores à média histórica.

A partir de 1964, inicia-se uma fase de recuperação, que iria resultar em expansão, o que se dá por volta de 1967. Esta fase de expansão dura então cerca de 7 anos, atingindo o pico em 1973.

O primeiro choque do petróleo contribui para jogar a economia em um processo de retração econômica que, em 1981, caracterizar-se-ia como recessão, alcançando neste e no ano de 1983 taxas negativas de crescimento.

O desempenho no biênio 1984/85 pode caracterizar uma recupe-

ração, mas dever-se-ia aguardar a observação de dados referentes aos anos subseqüentes para uma inferência mais precisa.

A observação dos dados referentes ao produto nacional e seus diversos componentes e aspectos permite concluir-se, por exemplo, que as categorias bens de capital e consumo duráveis apresentam variações mais significativas, embora todas as categorias, como componentes do PIB, acompanhem suas variações, diferindo apenas em intensidade. Este fato indica a dinamicidade das categorias de bens de capital e consumo duráveis como motores do desenvolvimento. A categoria dos bens de consumo não-duráveis é a que apresenta menor espectro de variação, uma vez que seu desempenho está mais ligado à variável população, bem como que seu crescimento se dá de forma defasada, como decorrência do desempenho dos demais setores e como função da massa de salários e da distribuição de renda.

Os dados de investimentos demonstram a importância destes como elemento de ativação da economia; em vários períodos, nota-se que os incrementos nas inversões antecedem em um ano os incrementos do PIB. Isto deve-se, em parte, ao período de maturação dos projetos e, por outro lado, ao caráter impulsionador que pacotes de investimentos exercem sobre a economia como um todo.

Ainda no que diz respeito às inversões, cabe observar que, da análise das mesmas, depreende-se a importância da participação do Estado na economia brasileira. Este aspecto é observado especialmente nos períodos de industrialização, quando o Governo exerceu papel fundamental, quer através da implementação de grandes projetos, quer através da concessão de crédito e facilidades, cumprindo a função de um sistema financeiro ineficiente ou mesmo inexistente.

O Estado, no Brasil, exerceu papel fundamental, especialmente por intermédio de seus planos de desenvolvimento e, na década de 70, através de suas políticas de estabilização. Estas políticas, aliás, podem explicar, em parte, o fato do produto apresentar tantas oscilações no período de retração 75/80.

A observação dos preços demonstrou, por outro lado, que esta variável tende a apresentar flutuações inversas às do produto, ou seja, os preços tendem a subir nas fases de recessão. Esta tendência, todavia, é contrariada no período 84/85 quando, em função dos mecanismos de indexação utilizados pelas autoridades monetárias, ocorre exatamente o contrário. Esta questão, todavia, mereceria um estudo à parte.

A análise das relações internacionais e dos indicadores de co-

mércio exterior revela outro importante aspecto da economia brasileira: a dependência em relação aos movimentos conjunturais internacionais. Nos períodos iniciais, a dependência baseava-se no incipiente desenvolvimento da indústria brasileira, que necessitava de importações substanciais destinadas a alimentar o processo de industrialização. A necessidade de buscar-se capitais estrangeiros e a ineficiência de sua utilização, na maioria dos casos, geraria um processo de endividamento suicida. Este endividamento acabaria por levar a outro tipo de dependência, desta vez ainda mais profunda em função dos mecanismos de internacionalização, que cada vez mais se desenvolvem.

A relação dos movimentos cíclicos internos com as oscilações conjunturais internacionais são evidentes, demonstrando que os ciclos em uma economia periférica como a brasileira perdem em parte seu caráter endógeno, ou pelo menos têm a considerar-se mais um fator externo que deverá influenciar em maior ou menor grau os movimentos internos. É importante considerar que esta interdependência afeta inclusive a autonomia do governo em estabelecer eficientemente políticas anticíclicas, possíveis antes do grau de internacionalização da economia brasileira atingir os níveis atuais.

ANEXOS

TABELA 1 – PIB DO BRASIL – Nominal, real, taxas de crescimento anual

Anos	VALOR TOTAL (milhões de Cr\$)		VARIAÇÃO ANUAL DO PIB REAL
	Preços correntes ¹	Preços de 1980 ¹	%
1945	-	-	85 ²
1946	-	-	8,6 ²
1947	164,9	1.294,000	7,8 ²
1948	194,6	1.390,000	7,4
1949	229,9	1.483,000	6,7
1950	272,1	1.579,000	6,5
1951	322,7	1.672,000	5,9
1952	397,3	1.818,000	8,7
1953	469,5	1.864,000	2,5
1954	627,4	2.052,000	10,1
1955	783,4	2.193,000	6,9
1956	995,9	2.262,000	3,1
1957	1.218,0	2.445,000	8,1
1958	1.457,5	2.633,000	7,7
1959	1.987,6	2.780,000	5,6
1960	2.750,7	3.050,000	9,7
1961	4.052,1	3.364,000	10,3
1962	6.601,4	3.541,000	5,3
1963	11.928,6	3.596,000	1,5
1964	23.055,0	3.701,000	2,9
1965	44.073,1	3.802,000	2,7
1966	63.746,1	3.946,000	3,8
1967	86.171,0	4.138,000	4,9
1968	122.430,6	4.600,000	11,2
1969	161.900,3	5.057,000	9,9
1970	194.389,0	5.503,000	8,8
1971	260.393,0	6.125,000	11,3
1972	348.605,0	6.863,000	12,0
1973	487.151,0	7.822,000	14,0
1974	713.524,0	8.529,000	9,0
1975	1.005.048,0	8.974,000	5,2
1976	1.626.349,0	9.852,000	9,8
1977	2.487.465,0	10.306,000	4,6
1978	3.620.927,0	10.803,000	4,8
1979	6.041.457,0	11.582,000	7,2
1980	12.639.293,0	12.639,000	9,1
1981	24.737.492,0	12.216,000	- 3,3
1982	48.147.762,0	12.328,000	0,9
1983	118.194.847,0	12.016,000	- 2,5
1984	387.967.701,0	12.701,000	5,7
1985	1.406.077.084,0	13.750,000	8,2

FONTES: Contas Nacionais – Fund. Getúlio Vargas, Rev. *Conjuntura Econômica* (1947/64: set. 71; 1965/69: dez. 79; 1970/85: maio/87)

1 – séries equalizadas por relativos.

2 – In: CONTADOR (1977) 1945/46 taxa de crescimento correspondente à média móvel de terceira ordem.

TABELA 2 – ECONOMIA MUNDIAL – PIB A PREÇOS CONSTANTES – Variação percentual em relação ao ano anterior

Anos	MUNDO	PAÍSES INDUSTRIALIZADOS	PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO
1955	–	6,2	–
1958	–	1,3	–
1959	–	6,0	–
1960	4,4	4,4	4,3
1961	4,3	4,2	4,7
1962	5,2	5,4	4,3
1963	4,7	4,5	6,0
1964	5,9	5,8	6,0
1965	6,0	6,1	5,5
1966	5,5	5,5	5,1
1967	3,7	3,6	4,3
1968	5,4	5,3	5,9
1969	5,3	4,9	7,6
1970	3,2	2,7	5,9
1971	4,0	3,5	6,0
1972	5,3	5,2	5,7
1973	5,6	5,5	6,4
1974	1,4	0,2	5,8
1975	0,4	-0,8	4,7
1976	5,3	5,2	5,5
1977	4,4	3,9	6,1
1978	4,1	4,0	4,3
1979	3,4	3,0	4,7
1980	1,5	0,6	4,4
1981	1,8	1,5	2,7
1982	0,3	-0,2	1,0
1983	2,3	3,0	0,2
1984	4,5	5,0	2,8
1985	–	3,0	–

FONTE: FMI – Estadísticas Financieras Internacionales, 1986.

TABELA 3 – PRODUTO REAL SEGUNDO PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADE – 1948/1985 – Taxas de crescimento anual

Anos	Setor Agropecuário	Setor Industrial	Comércio	Transportes e Comunicações
1948	6,9	11,3	3,2	16,6
1949	4,5	10,2	6,1	8,4
1950	1,5	11,3	7,1	9,5
1951	0,7	6,4	9,7	10,8
1952	9,1	5,0	3,6	7,2
1953	0,2	8,7	2,0	10,2
1954	7,9	8,7	11,1	8,4
1955	7,7	10,6	4,0	3,9
1956	- 2,4	6,9	1,6	5,1
1957	9,3	5,7	9,6	7,8
1958	2,0	16,3	7,0	6,1
1959	5,3	11,9	9,4	9,6
1960	4,9	9,6	5,9	17,3
1961	7,5	10,6	7,0	3,3
1962	5,5	7,8	5,8	8,4
1963	1,0	0,2	0,0	7,8
1964	1,3	5,1	1,1	1,6
1965	13,8	- 4,7	1,6	1,8
1966	- 3,1	11,7	7,7	6,6
1967	5,6	3,0	4,4	7,8
1968	1,4	15,5	11,7	8,8
1969	6,0	10,7	8,8	11,6
1970	5,6	11,1	8,9	14,9
1971	11,3	12,0	13,1	10,1
1972	4,1	13,0	11,4	13,5
1973	3,6	16,3	12,9	21,0
1974	8,2	9,2	9,7	17,5
1975	4,8	5,9	2,7	13,7
1976	2,9	12,4	7,3	14,5
1977	11,8	3,9	4,7	9,4
1978	- 2,6	7,2	4,2	9,6
1979	5,0	6,4	5,4	13,9
1980	6,3	7,9	6,8	10,1
1981	6,4	- 5,5	- 2,8	0,2
1982	- 2,5	0,6	0,9	5,6
1983	2,2	- 6,8	- 3,5	0,1
1984	8,8	8,9	8,9	10,8

FONTE: (dados básicos): *Contas Nacionais* – Fundação Getúlio Vargas e Revista *Conjuntura Econômica* (set.1971, mar.1985, mai.1987)

TABELA 4 – BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL – PRINCIPAIS CONTAS – Taxas médias de crescimento anual – períodos selecionados (% a.a.)

	1981/83	1981/85	1983/85	1984/85
1. Exportações	- 3,04	2,43	8,20	- 5,06
2. Importações	- 16,41	- 12,15	- 7,67	- 5,48
3. Rendas de capitais (líquido) ¹	3,43	2,28	1,13	- 1,85
4. Juros líquidos	2,13	1,33	0,54	- 5,30
5. Investimentos Diretos Líquidos	- 46,39	- 25,28	4,13	- 33,15
6. Empréstimos e Financiamentos	- 34,49	- 17,97	2,72	- 31,95
7. Amortizações	3,25	7,17	11,23	31,28

FONTE: Relatórios do Banco Central (diversos números)

1 – Balanço de Serviço de Fatores

Obs. – Para períodos selecionados entre 1947 e 1981, ver CRUSIUS (1983)

TABELA 5 – DECOMPOSIÇÃO PERCENTUAL DO INVESTIMENTO GLOBAL – 1947/1985

Anos	FBCF do Governo/ FBCF total %	FBCF das empresas/ FBCF total %
1947	14,5	85,5
1948	22,5	77,5
1949	26,5	73,5
1950	28,4	71,6
1951	20,3	79,7
1952	19,1	80,9
1953	21,1	78,9
1954	19,8	80,2
1955	20,9	70,1
1956	19,0	81,0
1957	27,5	72,5
1958	28,9	71,1
1959	23,2	76,8
1960	27,1	72,9
1961	24,8	75,2
1962	25,2	74,8
1963	23,2	76,8
1964	25,3	74,7
1965	29,9	70,1
1966	26,1	73,9
1967	30,9	69,1
1968	24,6	75,4
1969	33,9	66,1
1970	18,4	81,6
1971	17,2	82,8
1972	15,5	84,5
1973	15,2	84,8
1974	14,5	85,5
1975	13,8	86,2
1976	15,1	84,9
1977	13,1	86,9
1978	12,4	87,6
1979	10,5	89,5
1980	10,0	90,0
1981	17,7	82,3
1982	11,0	89,0
1983	14,0	86,0
1984 ¹	11,4	87,4
1985 ¹	12,6	86,2

FONTE (dados brutos): *Contas Nacionais*, Fundação Getúlio Vargas, Revista *Conjuntura Econômica* (set.1971, jun.1974, maio/1987)

1 – Para os anos de 1984 e 1985, não foi considerada a rubrica "Outros", considerada separadamente nas *Contas Nacionais* da FCV.

**TABELA 6 – FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO – FBCF/PIB
– 1967/85**

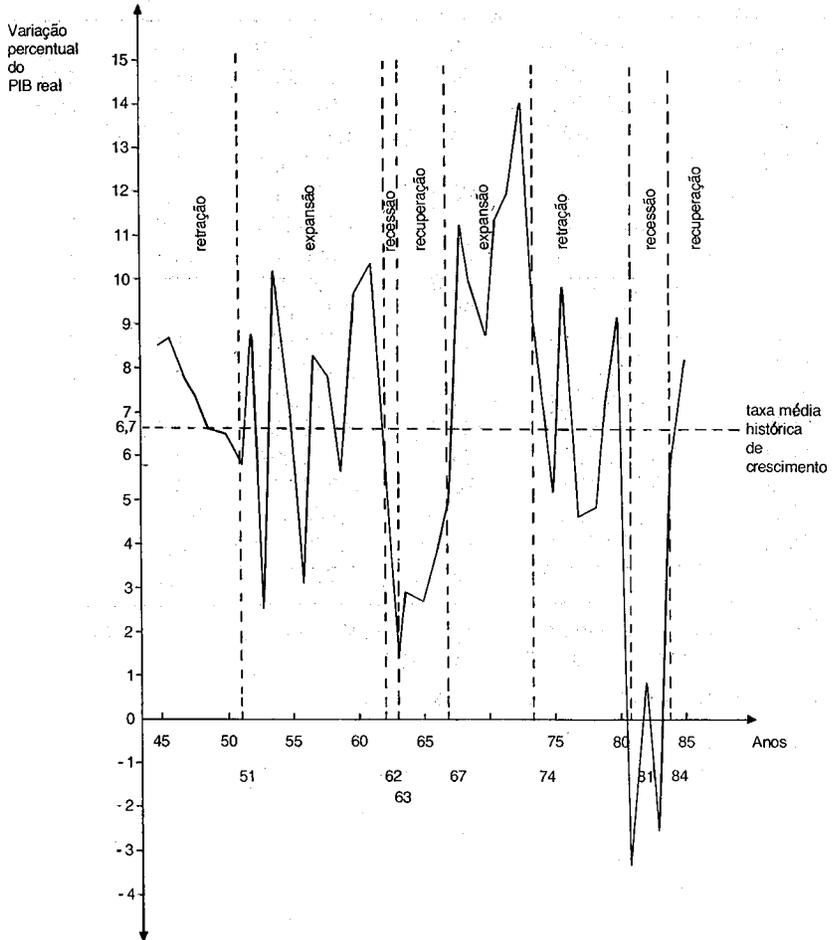
Anos	Preços correntes Cr\$ milhões	FBCF/PIB em %	Preços 1980 Cr\$ milhões	Variação anual %	FBCF/ PIB %
1967	16.667,0	19,3	775.000	4,6	18,7
1968	25.992,0	21,2	917.000	18,3	19,9
1969	35.805,0	22,1	1.040.000	13,4	20,6
1970	36.598,0	18,8	1.115.000	7,2	20,3
1971	51.420,0	19,7	1.286.000	15,3	21,0
1972	70.468,0	20,2	1.501.000	16,7	21,9
1973	104.253,0	21,4	1.816.000	21,0	23,2
1974	162.778,0	22,8	2.056.000	13,2	24,1
1975	244.840,0	24,3	2.256.000	9,70	25,1
1976	365.516,0	22,5	2.410.000	6,8	24,5
1977	529.626,0	21,3	2.375.000	- 1,4	23,0
1978	788.878,0	21,8	2.449.000	3,1	22,7
1979	1.375.102,0	22,8	2.565.000	4,7	22,1
1980	2.781.575,0	22,0	2.782.000	8,5	22,0
1981	5.485.281,0	22,2	2.413.000	- 13,3	19,7
1982	9.907.402,0	20,6	2.282.000	- 5,4	18,5
1983	20.208.435,0	17,1	1.894.000	- 17,0	15,8
1984	64.162.487,0	16,5	1.971.000	4,1	15,5
1985	253.711.722,0	18,0	2.200.000	11,6	16,0

FONTE: *Contas Nacionais* – Fundação Getúlio Vargas, Revista *Conjuntura Econômica* (dez. 1979, maio/1987)

Obs. – séries equalizadas por relativos.

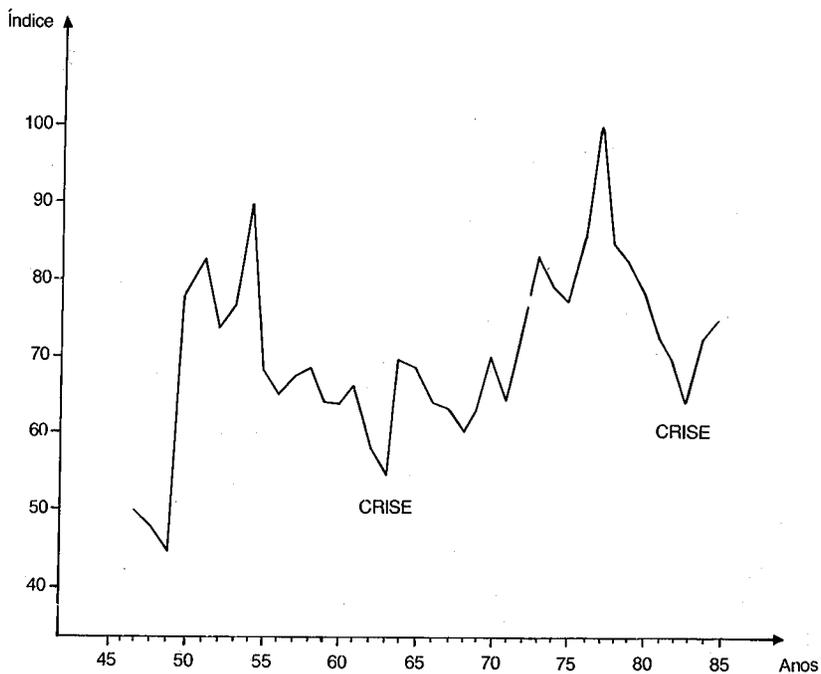
GRÁFICO I

AS FASES DOS CICLOS DA ECONOMIA BRASILEIRA



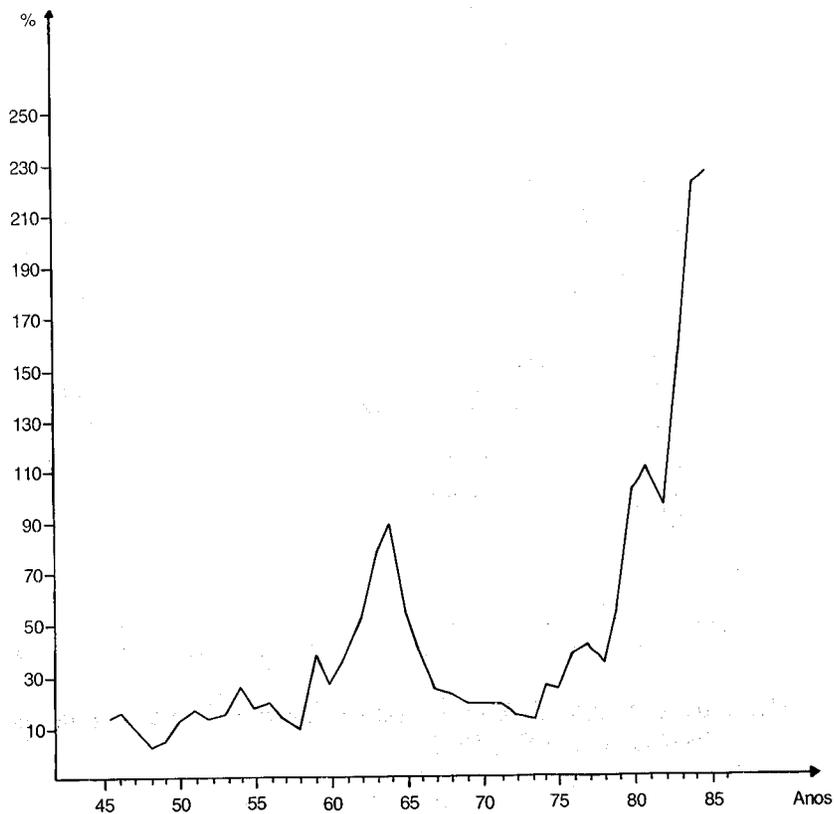
FONTE: Tabela 1, elaborada pela autora.

GRÁFICO II
ÍNDICE DE RELAÇÃO DE TROCAS
(1977 = 100)



FONTE (dados brutos): *Boletim do Banco Central*, diversos números (1947/53 In: SERRA, 1982)

GRÁFICO III
PREÇOS – ICP DI – COLUNA 2 – 1945/85
Taxas anuais de variação



FONTE: Fundação Getúlio Vargas, Revista *Conjuntura Econômica*, diversos números

BIBLIOGRAFIA

- BACHA, Edmar. Choques Externos e Perspectivas de Crescimento: o Caso do Brasil – 1973-78. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, **14**(3):583-622, dez.1984.
- BOBER, Stanley. **Los Ciclos y el Crecimiento Económico**. Buenos Aires, Amorrortu, 1971. 296p.
- CEPAL/UNIDO de Desarrollo Industrial, Division Conjunta. Reflexiones Sobre Industrialización, Articulación y Crecimiento. **Revista de la Cepal**, Santiago de Chile, n.28, p.49-52, abr.1986.
- CONTADOR, Cláudio R. & HADDAD, Cláudio L. Produto Real, Moeda e Preços: a Experiência Brasileira no Período 1861-1970. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, **36**(143):407-40, jul/set.1975.
- COUTINHO, Luciano G. Inflexões e Crise da Política Econômica: 1974-1980. **Revista de Economia Política**. **1**(1):77-100, jan/mar.1981.
- COUTINHO, Luciano G. & REICHSTUL, Henri-Philippe. O Setor Produtivo Estatal e o Ciclo. In: MARTINS, Carlos Estevan (org.) **Estado e Capitalismo no Brasil**, São Paulo, Hucitec/Cebrap, 1977, p.55-95.
- . Investimento Estatal 1974-1980: Ciclo e Crise. In: BELUZO, Luiz Gonzaga M. & COUTINHO, Renata (orgs.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1983, v.2, p.38-58.
- CRUSIUS, Yeda Rorato. Dívida Externa Brasileira: Elementos Para Discussão. **Análise Econômica**. Porto Alegre, UFRGS, **1**:23-53, mar. 1983.
- ESTEY, James. **Ciclos Econômicos: sua Natureza, Causa e Controle**. 3.ed. São Paulo, Mestre Jou, 1965. 542p.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A Política Econômica Governamental e os Ciclos: Reflexões Sobre a Crise Atual. **Estudos Econômicos**. **14**(2):247-58, maio/ago.1984.
- RODRIGUES, D.G. O Comportamento Macroeconômico e o Desempenho Setorial da Indústria: 1970/83. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, **10**(29):65-88, jan/mar.1984.

- SERRA, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira no Pós-Guerra. **Revista de Economia Política**, 2(6):5-45, abr/jun.1982.
- _____. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira no Pós-Guerra: a Crise Recente. **Revista de Economia Política**, 2(3):111-35, jul/set.1982.
- SUZIGAN, Wilson et. alii. **Crescimento Industrial no Brasil – Incentivos e Desempenho Recente**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1984. 281p.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Ciclos e Crise: Movimento Recente da Industrialização Brasileira**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1978. (Tese Concurso Titular).
- _____. O Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo de Expansão Recente. In: BELUZZO, Luiz Gonzaga M. & COUTINHO, Renata (orgs.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1983. v.2, p.107-38.
- TAVARES, Maria da Conceição & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Notas Sobre o Processo de Industrialização Recente no Brasil. In: BELLUZZO, Luiz gonzaga M. & COUTINHO, Renata (orgs.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1982, v.1, p.122-40.